

DR. ULYSSES

O HOMEM QUE PENSOU O BRASIL

Luis Carlos Bresser-Pereira

Entrevista concedida em julho de 1993 a Celia Soibelman Melhem e Sônia Morgenstei Russo, orgs. (2004) *Dr. Ulysses: O Homem que Pensou o Brasil*. São Paulo: Editora Artemeios: 210-219.

Muitos de nossos entrevistados com raízes acadêmicas, como o senhor, creditam ao Dr. Ulysses a responsabilidade pela iniciação na militância partidária, pois ele se notabilizou também por atrair boas cabeças para a política. “para melhorar o nível do partido”, como proclamava. O senhor também se inclui na lista de convidados dele?

Não totalmente, porque minha atividade partidária inicial foi no Partido Democrata Cristão — PDC, junto com o Montoro. Depois me distanciei completamente e só retornei à política na campanha do Fernando Henrique Cardoso para o Senado, em 1978, ainda sem a interferência do Dr. Ulysses. Mas naquela época passei a freqüentar a casa dele, que, especialmente aos domingos à noite, era um ponto de reunião de economistas que ele convidava — acho que domingo era mais o dia dos economistas —, como José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Luciano Coutinho. Mais adiante, quando já vivíamos a transição democrática, começou a aparecer o Dílson Funaro. Nessas reuniões ajudávamos o Dr. Ulysses a produzir alguns dos importantes documentos que gerou para o partido.

Também dávamos subsídios para seus discursos, que ele mesmo redigia. Sempre lembro do Fernando Henrique contando a história de um importante discurso que o Dr. Ulysses pronunciou, que trouxe pronto, mas sem renunciar a um monte de papeizinhos que carregava no bolso, notas que ia tirando para completar o discurso. Era uma coisa um pouco bagunçada, porque o Dr. Ulysses se caracterizava por uma enorme disciplina e, ao mesmo tempo, uma grande bagunça — este era um dos seus segredos. Quando alguém é muito disciplinado,

é um chato e não faz nada; quando é totalmente desorganizado, também não faz nada, agora, quando possui a dialética da ordem e da desordem, tem-se uma boa combinação.

Antes de o senhor ser ministro da Fazenda do presidente Sarney, foi secretário de Estado em São Paulo. Gostaria que nos desse uma visão de como era a atuação, a influência do Dr. Ulysses no plano da administração estadual. Nós o admiramos como um grande articulador no Congresso Nacional, mas como atuava na política estadual paulista?

Ele era presente. Quando o governador Montoro formou o seu governo, em 1983, o Dr. Ulysses me fez uma visita, porque eu fora indicado para a presidência do Banespa, sugerindo-me um nome (do enteado dele) para ser diretor do mesmo banco. E foi uma grande indicação, porque ele era um ótimo diretor e se tornou um grande amigo meu.

O Dr. Ulysses mantinha uma relação curiosa com o Montoro, eram dois grandes amigos que competiam entre si. Era curiosa, porque nunca falavam mal um do outro, mas evidentemente havia lá uma “pontinha”... Mas nos momentos importantes estavam sempre juntos e eram grandes homens públicos. Para mim, os modelos de homem público serão sempre o Montoro e o Dr. Ulysses, pela idoneidade e pela concepção de interesse público, muito forte em ambos, ao mesmo tempo que tinham uma noção clara dos diversos interesses políticos e da necessidade de fazer compromissos. Fazer compromissos é uma coisa importante para mim, porque me lembro que aos dezoito anos, quando perguntei a meu pai o que era política, ele respondeu que era a arte de fazer compromissos. Então o grande político é aquele que é capaz de fazer compromissos e, ao mesmo tempo, ter uma visão clara do bem público — o que era o caso do Dr. Ulysses e do Montoro.

No espectro político do PMDB, o senhor era visto como uma pessoa com trânsito e influência entre o empresariado. Como os empresários viam o Dr. Ulysses no comando do MDB—PMDB e como se situavam numa comparação entre ele e o Dr. Tancredo Neves?

Creio que a visão do empresariado em relação ao Dr. Ulysses acompanhou a que tinham em relação ao MDB—PMDB. Do início do período autoritário, em 1964, até meados dos anos 1970 (1977), os empresários consideravam o MDB subversivo — e o Dr. Ulysses também. A partir de 1974, entretanto, com a grande vitória eleitoral obtida pelo MDB, muita coisa começou a mudar. E em 1977 houve a violência do “pacote de abril” do presidente Geisel, levando os

empresários a finalmente decidirem romper sua aliança com a burocracia estatal e lutar pela democratização junto com os demais setores democráticos; portanto, junto com o MDB.

A partir de 1977 a mudança de atitude do empresariado é muito forte e o Dr. Ulysses começa a se tornar, cada vez mais, um líder natural do processo de democratização. Tanto ele quanto o Tancredo são duas lideranças que despontam nessas circunstâncias.

No final o primeiro foi o candidato à presidência pelo PMDB, porque estava um pouco mais à direita do que o Dr. Ulysses. O Tancredo tinha criado o PP exatamente quando o MDB se tornou PMDB, para construir um partido mais ao centro. Depois teve a visão de acabar com o PP e retornar ao PMDB e, ao fazê-lo acabou ocupando a ala mais à direita dentro deste partido, com a qual os empresários naturalmente se identificavam mais.

A partir de 1977 constitui-se, na verdade, uma grande coalizão de classes — o chamado pacto popular democrático — que durou dez anos e implodiu com o fracasso do Plano Cruzado (em 1987), momento em que assumo o Ministério da Fazenda.

Como por ocasião da eleição presidencial pelo Colégio Eleitoral, em 1985, havia uma grande coalizão de classes — que acabou contando até com a adesão da ala liberal ou democrática do PDS —, o candidato natural à presidência acabou sendo o Tancredo. E o Dr. Ulysses percebeu a situação e não teve a menor hesitação, para ele era muito mais importante concluir a transição democrática do que ser ele próprio o candidato. Compreendeu que, naquele momento, o nome do Tancredo unia mais a sociedade brasileira e, portanto, garantia a vitória no Colégio Eleitoral, e que o seu próprio nome não trazia a mesma certeza, porque estava muito identificado com a oposição (com o velho MDB e, depois, com o PMDB).

Ainda no que diz respeito ao empresariado, durante o governo Sarney, antes da sua gestão no Ministério da Fazenda, como este segmento encarava a presença de diferentes correntes políticas no governo federal?

Prefiro não responder pelo empresariado... (risos). Vou opinar sobre esse período, apenas prefiro não falar pelo empresariado. Os primeiros dois nos do governo Sarney assistiram a um grande momento e a um grande fracasso da enorme coalizão política que, sob o comando do Dr. Ulysses, havia elegido o Sarney — na verdade, havia eleito o Tancredo para presidente e o Sarney como seu vice. De repente estávamos no poder, todos os nossos amigos estavam no poder, em uma coalizão com hegemonia política dos empresários, mas na qual havia participação da classe média burguesa e da classe média da burocracia e

intelectual. Havia também participação dos trabalhadores, portanto era um grande arco político.

Agora, esta grande coalizão foi incapaz de perceber que o Brasil estava, naquele momento, atravessando uma grande crise. Supôs que adotando políticas públicas que supunha progressistas, mas que na verdade eram populistas, seria possível retomar o desenvolvimento e estabilizar a economia. As demandas sociais eram muito fortes da parte dos trabalhadores e da classe média e foram atendidas sobretudo pelo Plano Cruzado, até a sua derrocada. Inicialmente imaginado para golpear a inflação, o plano — que eu também havia ajudado a desenvolver — transformou-se, posteriormente, em uma política tipicamente populista, que não reconhecia os limites impostos pela economia, pelo mercado. Quando o Cruzado explodiu, foi um grande fracasso e o Dr. Ulysses teve que conviver com este fracasso, mesmo não tendo sido o autor do plano, nem o responsável por sua derrocada. Responsáveis eram os que estavam no poder federal. A pessoa mais diretamente responsável foi o próprio Sarney e o ministro Dílson Funaro, mas toda a sociedade brasileira estava acriticamente envolvida nesta espécie de euforia democrática populista, de forma que quando o plano fracassou foi um choque, que exigiu dos políticos, dos intelectuais, do empresariado brasileiro, toda uma reavaliação para repensar o problema, algo que prosseguiu com grande dificuldade até o início da década de 1990.

A derrocada do Cruzado derrubou o ministro Funaro e o senhor foi chamado para assumir o Ministério da Fazenda. Foi o Dr. Ulysses que indicou o seu nome para o cargo?

Quando não houve mais condições do Dílson permanecer no ministério, estava claro que, dentro da coalizão política existente, a Fazenda devia continuar sob o comando do PMDB. E então o Dr. Ulysses indicou quatro nomes: Raphael de Almeida Magalhães, José Serra, Celso Furtado e eu — e o Sarney, não sei exatamente por que motivo, escolheu o meu nome. O que eu soube é que ele teria me escolhido porque o Quércia vetava o nome do Serra; o Celso Furtado já era ministro (na ocasião) e tinha posições muito fortes contra o pagamento da dívida externa; e o Raphael de Almeida Magalhães não é exatamente um economista, logo em seguida se tornaria ministro da Previdência.

O senhor foi chamado ao ministério para corrigir o final do Cruzado II?

Fui chamado em meio a uma crise sem precedentes, não só porque a inflação estava rapidamente se transformando em superinflação, mas também porque os salários reais estavam caindo em quase 30%. A recessão era brutal, a demanda tinha se reduzido radicalmente depois do estouro do Cruzado. Em

consequência, as empresas pequenas e médias, que em 1986 tinham investido fortemente para aumentar a sua produção, agora estavam indo à falência. Os estados também estavam falidos, a economia estava em moratória por causa do déficit comercial.

Como o Dr. Ulysses reagiu politicamente a esta situação tão negativa para o país?

No primeiro contato que tive com ele depois de empossado, o Dr. Ulysses estava extremamente preocupado com a situação dos governadores: havia 21 governadores do PMDB eleitos e seus estados estavam falidos, eles precisavam urgentemente de apoio do governo federal para poderem governar minimamente. Então tivemos algumas reuniões difíceis e duras, nas quais o Dr. Ulysses defendia os seus governadores. Depois que este assunto foi resolvido com razoável equilíbrio, mantive com o Dr. Ulysses uma relação extremamente próxima durante a minha permanência no ministério, com ele me dando total apoio, mesmo que o PMDB não fizesse o mesmo.

O PMDB não apoiou a sua gestão?

Não, o PMDB não me deu apoio, quem me apoiou foi o Dr. Ulysses, o Fernando Henrique Cardoso e alguns peemedebistas isoladamente.

E qual a razão desta falta de apoio peemedebista?

Discordância. Não foi por briga interna, porque nunca entrei nestas disputas do partido, nunca pleiteei cargos. Eu tinha uma noção muito clara de que as políticas públicas que o PMDB defendera durante anos, antes mesmo da transição democrática e que havia aplicado durante os dois primeiros anos do governo Sarney eram nacional-desenvolvimentistas e populistas. O nacional-desenvolvimentismo havia sido superado pelo trabalho do governo no tocante às importações e o populismo se tornara inviável face à crise fiscal do Estado. De forma que urgia promover uma reformulação total daquela estratégia das esquerdas no Brasil. Fiz o meu discurso de posse no ministério e, no dia seguinte, emergiu uma gritaria dos deputados do PMDB, me acusando de conservador, reacionário e coisas desse tipo. Então imediatamente comecei a discutir o que era ser progressista ou de esquerda no Brasil de então.

Com quem o senhor estava dialogando sobre isto?

Não importa, eram muitos...

Então havia forte discordância na base política do governo quanto à condução da economia?

Houve um momento em que me posicionei a favor da disciplina fiscal, da taxa de juros reais positiva — a menor possível, mas positiva —, de um acordo com relação à dívida externa. Sobre esta, acabei criando propostas inovadoras que tiveram repercussão mundial. Eu apoiava a moratória enquanto não se obtivesse o acordo desejado, mas meu objetivo era acabar com a moratória. Eu era a favor da abertura comercial. Enfim, havia toda uma série de propostas econômicas, uma série de posições que conflitavam com a visão nacional-desenvolvimentista populista dos anos 1950, de Getúlio, Juscelino etc. Mas o mundo muda e, quando isto ocorre, é preciso adequar a análise. Aquela estratégia de desenvolvimento tinha se esgotado e desembocado numa grande crise fiscal que era preciso enfrentar, e o PMDB não queria enfrentar coisíssima nenhuma, continuava ignorando essas questões.

E o senhor disse que o Dr. Ulysses era uma exceção nesta postura peemedebista?

A crise se agravou quando fui convocado para depor na Câmara Federal e alguém, algum peemedebista, me perguntou sobre como ficava o programa do partido, com o novo enfoque. E respondi que uma coisa é você fazer um programa de partido e outra é estar no governo, porque no governo você tem que mudar. Ficaram indignados e surgiu um movimento para me expulsar do partido. Lembro-me do Luciano Martins extremamente preocupado com isto, mas eu não fiquei muito não, estava preocupado em fazer o meu trabalho.

O Dr. Ulysses percebeu o que estava acontecendo e liderou um processo de apoio. Chamou o Luciano Coutinho para que convocasse os economistas mais conhecidos do partido (Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, que são meus amigos), para articularem um movimento de suporte a mim. E neste processo também participou, naturalmente, o Fernando Henrique Cardoso.

Então houve interferência direta do Dr. Ulysses no processo?

Interferência direta. Essa foi uma primeira crise, depois houve um segundo momento crítico, durante o qual o Dr. Ulysses desempenhou um papel igualmente importante. Foi quando promovi um acordo provisório sobre a dívida externa, em 1989. Era um acordo rigorosamente provisório, que não acabava com a moratória, mas estabelecia condições para acabar com ela, desde que conseguíssemos um acordo satisfatório para nós. Isto foi por volta de outubro ou novembro, e houve novamente uma grande reação contrária do PMDB.

Mas quem do PMDB? Os parlamentares?

Eram os deputados, sempre os deputados. E nessa ocasião novamente o Dr. Ulysses teve um papel decisivo. Havia um grupo de deputados que era denominado de “os economistas do PMDB”. Curiosamente o Serra (na época deputado federal) nunca se incluía entre eles, nem jamais apareceu no meu ministério. Ele não se posicionou nem a favor e nem contra, mas não tinha nada a ver com esse populismo. Creio que o Serra concordava comigo, mas não os outros deputados, que eram parlamentares pouco conhecidos do PMDB.

No caso da dívida externa, me lembro bem que o Pimenta da Veiga (entre outros) se opôs a mim. Hoje, quando o encontro, a gente relembra esse episódio...

Durante minha atuação política no ministério ainda houve outro momento interessante envolvendo o Dr. Ulysses, que diz respeito à questão do parlamentarismo. Assumi o cargo em 29 de abril e, menos de um mês depois (no dia 16 de maio), o Sarney foi à televisão anunciar que ia lutar para permanecer cinco anos no governo, obtendo no Congresso um ano a mais de mandato. Ouvi e fiquei gelado, porque percebi imediatamente que aquilo significava que a maior parte dos meus amigos, a ala não fisiológica do PMDB (mesmo alguns que brigaram comigo), ia entrar em conflito com o governo, com o presidente, e eu ia ficar no governo sem apoio político de quem eu gostava, dos que eram meus amigos. Pareceu-me claro que era preciso estabelecer algum compromisso, e o que me ocorreu imediatamente foi o do parlamentarismo. Acho que quase todos os políticos mais próximos de mim, inclusive eu, eram parlamentaristas — o Fernando Henrique, o Mário Covas, o Montoro. O Dr. Ulysses não era parlamentarista. Então imediatamente (ainda em maio, junho) comecei a trabalhar e fui ao Sarney negociar a hipótese dele obter os cinco anos, mas apoiando constitucionalmente a transição para o parlamentarismo. O José Richa também apoiava esta idéia. Mas essa primeira tentativa não deu certo — tenho a impressão de que um dos motivos foi o Mário Covas não estar disposto a aceitar qualquer compromisso que envolvesse conceder cinco anos para o Sarney, ainda que o Covas quisesse o parlamentarismo.

Então havia tendências fortemente conflitantes no PMDB?

Em São Paulo, basicamente duas, que conflitavam fortemente. Com a derrota eleitoral do Fernando Henrique para o Jânio Quadros, na corrida pela prefeitura de São Paulo em 1985, a ala do Quéricia fortaleceu-se brutalmente e o PMDB não teve alternativa senão tentar se unir em torno da eleição dele para governador de São Paulo. Com o Quéricia eleito, tentou-se manter a unidade do partido, mas obviamente ela era artificial. Foi mais ou menos neste momento em

que o Dr. Ulysses — que tradicionalmente atuava mais próximo do outro grupo — começou a se aproximar cada vez mais do Quércia. Ambos vão construindo uma aliança e os membros do outro grupo também. Todos apoiaram o Quércia na eleição para governador, mas aos poucos os dois grupos foram se afastando, O grande divisor de águas do PMDB ocorreu em 1987, quando o Sarney declarou sua decisão de permanecer cinco anos na presidência. Aí quase todos se colocaram contra, porque houvera um compromisso muito claro com quatro anos de mandato. O Quércia e o Dr. Ulysses acabaram aceitando os cinco anos e racharam o partido.

E como o senhor avalia esta decisão, por que eles permitiram que se rachasse o partido?

Foi uma aliança de conveniência ou de compromisso, em que o Dr. Ulysses apoiava os cinco anos do Sarney, e o Quércia — que também era favorável, porque desejava verbas para terminar o seu governo com grandes obras — garantiria a unidade do PMDB e o apoio ao Dr. Ulysses para a presidência da República. Creio que este acordo foi feito entre os dois e no final resultou prejudicial para ambos.

E como o senhor vê a substituição que houve em seguida na presidência do partido, com Quércia sucedendo ao Dr. Ulysses?

Neste momento, o Quércia entendeu que havia cumprido com o seu acordo anterior e não tinha novos compromissos. E agora ele era a grande figura do PMDB que restara, depois da cisão que resultou no PSDB, dissidência da melhor parte. O líder do partido, portanto, não era mais o Dr. Ulysses.

Então o PMDB mudara, ficando mais com a cara do O restes Quércia?

É verdade, o grupo do PSDB saíra e a liderança do Quércia se fortaleceu. O Dr. Ulysses perdeu. E se havia alguma dúvida sobre a sua liderança antes da derrota na corrida presidencial, depois desta a dúvida acabou e o Quércia assumiu naturalmente a presidência do partido, cargo para o qual era o candidato natural.

E qual foi a mudança substancial que ocorreu, a partir daí, no PMDB? O governador Quércia desenvolvia um tipo de administração partidária muito diversa da do Dr. Ulysses?

Não sei, pois saí do PMDB. Sou fundador do PSDB, participei de todas as reuniões iniciais, desde a de janeiro ou fevereiro de 1988.

O governador Quéricia também acabou sendo derrotado em uma corrida presidencial, e perdeu igualmente a presidência nacional do PMDB. Mas antes disso, o Dr. Ulysses morreu. Quem o senhor acha que poderia assumir o espaço de liderança nacional que o Dr. Ulysses deixou vazio?

O Fernando Henrique Cardoso, naturalmente, é uma pessoa que se aproxima da mesma forma de liderança e atuação política. Mas acho que um líder como o Dr. Ulysses não se reproduz, foi uma figura muito particular e interessante.

Relacionada a isto, a grande pergunta que se impõe, agora, é como se explica por que, quando o Dr. Ulysses morreu, em 1992, aconteceu uma comoção nacional? A sociedade o repudiou em 1989 e depois...

Perto da sua morte, a posição do Dr. Ulysses no PMDB tinha ficado muito difícil, ele estava claramente marginalizado e com o poder reduzido pelo Quéricia. Estava constituindo dentro do partido um grupo anti-Quéricia, só que fraco, porque sem todo o pessoal que foi para o PSDB.

No entanto, ao morrer, a sociedade lhe fez a homenagem que merecia. É uma coisa curiosa, que não sou capaz de explicar, acho que vocês deveriam entrevistar especialistas em psicologia social para fazer uma análise da sociedade brasileira em seu relacionamento com o Dr. Ulysses. Evidentemente, com sua morte, a sociedade brasileira o transformou em herói e provavelmente o fez a partir de um sentimento de culpa, pois perdeu o pai que havia repudiado em 1989.

Alguns analistas consideram que a derrota de 1989 teria sido a pá de cal em lideranças políticas ao estilo do antigo PSD, como a do Dr. Ulysses e de Tancredo, e que o ostracismo do início da década de 1990 em irreversível.

Não concordo com este argumento, sempre há espaço para esse tipo de política. A derrota do Dr. Ulysses em 1989 se explica mais pela aliança com o Sarney em torno dos cinco anos de mandato. E, por outro lado, a vitória do Collor, mais do que a derrota do Dr. Ulysses, pode ser entendida a partir do vácuo político que se criou no Brasil depois de 1987, com o colapso do Plano Cruzado e, portanto, com o colapso do pacto democrático popular estabelecido dez anos antes, que restabeleceu a democracia no país. Então, a partir de 1987 passamos a viver um vácuo na política brasileira, pela falta de um pacto político, de uma coalizão, de um projeto nacional — tudo isto desaparece no Brasil. A vitória do Collor acontece neste vácuo, semelhante ao que ocorreu no país de 1961 a 1964, e que foi miseravelmente preenchido pelos militares.

Acho que jamais um político desconhecido e jovem como o Collor seria eleito no Brasil, se não fosse essa circunstância política muito particular. E também só em uma circunstância como esta, um político do tipo conciliador, de compromisso de acordo, como o Dr. Ulysses, fica sem espaço. E aí aparece um aventureiro e leva.